CONTRATO 32/2025

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE LOCAÇÃO

O presente instrumento tem por objeto a contratação direta por inexigibilidade do CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS SERGIPE SPE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.753.512/0001-79, através da Inexigibilidade de licitação baseada no artigo 74, I da Lei 14.133/21, pelo período de 22/10/2025 à 29/10/2025, local onde será realizado 33º Congresso Brasileiro de Microbiologia.

CLÁUSULAS GERAIS que regem o Contrato locação temporária de espaço para realização de eventos, que, por sua natureza jurídica, a presente contratação não se enquadra nas hipóteses do artigo 48 da lei 8.245 de 18 de outubro de 1991, legislação que trata da locação de imóveis urbanos. Sendo, portanto, regulamentada pelas disposições do Có- digo Civil brasileiro, nos termos do artigo 565 do referido código e as cláusulas do Con- trato de Locação, Fichas Técnicas, Regimento Interno e condições descritas no presente Quadro de Resumo.

LOCADOR:

CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS SERGIPE SPE LTDA, sociedade empresária inscrita no CNP/MF sob o nº 42.753.512/0001-79 com endereço na Avenida Presidente Tancredo Neves, 2.151– Inácio Barbosa – Aracaju/SE – CEP: 49040-500, representada por **Ana Rafaella Pires Mamede**, brasileira, solteira, empresária e portadora do CPF de nº 158.575.087-54, doravante denominada **LOCADOR**.

LOCATÁRIO:

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR, CNPJ nº 34.841.261/001-56, na Av. Murilo Dantas, nº 881, Farolância, CEP: 49032-490, cidade de Aracaju/SE, Representado por **Marcos Franco**, brasileiro, casado, RG nº 10292241, SSP/SE, CPF nº 902.451.805-91, eletrônico: gabinete@setur.gov.br, doravante denominado **LOCATÁRIO.**

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertada a locação temporária de espaço para realização de eventos.

CLÁUSULA 1ª – O presente instrumento tem por objeto a locação de espaço para uso temporário destinado à realização do **33º Congresso Brasileiro de Microbiologia** no Centro de Convenções AM Malls – Sergipe, localizado na Avenida Presidente Tancredo Neves, 4444 – Inácio Barbosa – Aracaju/SE – CEP: 49040-490, pelo período de 22/10/2025 à 29/10/2025.

CLÁUSULA 2ª DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

2.1.1. O presente instrumento possui como investimento total o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.1.2. Os referidos valores serão pagos pelo (a) **LOCATÁRIO(A)** por meio de boleto bancário, ou outro meio que o LOCADOR vier a indicar, até 90 dias após a conclusão do evento e apresentação da fatura de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos nas regras a ele aplicadas, bem como sua regularidade fiscal e trabalhista desde que aprovadas pelo fiscal do contrato e a Procuradoria Geral do Estado e apresentação das certidões conforme Lei 14.133/2024.

2.1.3. A gestão da conectividade online e das instalações destinadas à oferta de refeições no recinto recai integralmente sobre a entidade responsável pela condução do evento.

2.1.4. Eventual atraso no pagamento dos valores devidos ao **LOCADOR**, incluindo even- tuais penalidades, implicará em multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela, correção monetária pelo IGPM e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die.

2.1.5. O atraso das parcelas do sinal ou caução (se existir), que antecedem ao evento, autoriza o **LOCADOR** a optar entre receber o valor da prestação com os acréscimos moratórios ou rescindir o contrato com todos os seus efeitos, independentemente de aviso prévio ou notificação judicial ou extrajudicial.

2.2 – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

2.2.1. O valor do contrato foi reduzido em razão de negociação especial realizada entre as partes:

2.3 – DAS MULTAS E PENALIDADES

As multas e penalidades impostas a presente contratação, encontram-se especificadas no Contrato de Locação, principalmente nas Cláusulas 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 14ª.

CLÁUSULA 3ª – DA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO

3.1. Além dos valores já descritos, o(a) LOCATÁRIO(A) deverá arcar com os custos de limpeza durante a realização do evento, nos espaços locados.

a) Utilizar a área locada de acordo com a destinação prevista no presente contrato e no Regimento Interno do Centro de Convenções AM Malls – Sergipe;

b) Gerenciar de forma eficaz o espaço durante e após o evento, mantendo e devolvendo o espaço livre, limpo e desembaraçado de pessoas e coisas.

c) Zelar pelo espaço recebido e avisar imediatamente o LOCADOR em caso de algum problema com o espaço locado;

CLÁUSULA 4ª – DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1. O uso do ar-condicionado nos auditórios apenas será permitido durante a realização do evento limitado ao **uso máximo de 10 horas.**

CLÁUSULA 5ª – DO USO, ACESSO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ESPAÇO

5.1. O contrato é exclusivo para locação de espaço. Licenças, autorizações e serviços como: organização, recepção, decoração, montagem e desmontagem, filmagem, ornamentação, limpeza, sonorização, segurança, etc., são responsabilidade do LOCATÁRIO.

5.2. A planta do imóvel locado é parte integrante deste contrato. O LOCATÁRIO declara ter total ciência da situação dos espaços identificados.

5.3. O acesso ao CENTRO DE CONVENÇÕES seguirá as normas do REGULAMENTO INTERNO DO CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS SERGIPE. O acesso aos espaços é detalhado conforme os pavimentos e entradas estipulados.

5.4. Durante o prazo da permissão, o(a) **LOCATÁRIO(A)**, poderá dispor do espaço defi- nido no **TERMO DE LOCAÇÃO** e dos itens disponibilizados pelo Centro de Convenções AM Malls – SERGIPE, desde que obedeça às regras dispostas neste instrumento e no Regulamento Interno.

5.5. Não obstruir rotas e saídas de incêndio e, nos pavilhões, abster-se de efetuar qualquer montagem após iniciado o evento, salvo aquelas já autorizadas no layout aprovado pelo corpo de bombeiros.

5.6. O LOCATÁRIO deverá abster-se de, sem autorização do LOCADOR, colocar stands, balcões, blimps, painéis e similares no espaço destinado a guarda de veículos e calçadas, exceto placas de uso exclusivo para sinalização.

5.7. Não ocupar, obstruir, tapar ou dificultar a visão de qualquer letreiro, banner, painel ou qualquer outro objeto que contenha a logomarca do CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS – SERGIPE;

5.8. Usar somente os espaços de carga e descarga indicados pelo LOCADOR.

CLÁUSULA 6ª - DO ESTACIONAMENTO

6.1. A responsabilidade pelo zelo e a guarda do estacionamento para o evento é exclusivamente da EMPRESA TERCEIRIZADA.

6.1.1. A empresa terceirizada responderá objetivamente pela integridade dos automóveis guardados no estacionamento durante a vigência do período de permissão de uso dos espaços do Centro de Convenções AM MALLS – SERGIPE.

6.2. O LOCADOR e o (a) LOCATÁRIO (A) não se responsabilizarão por eventuais furtos, roubos, crimes ou contravenções que possam ocorrer durante o período de locação, bem como por avarias de artigos, produtos e equipamentos de quaisquer naturezas.

6.3. O LOCADOR não se responsabilizará por mercadorias e equipamentos eventual- mente esquecidas ou abandonadas após a devolução dos espaços.

6.4. O LOCATÁRIO deverá abster-se de efetuar qualquer cobrança aos participantes do evento, relativa ao estacionamento, que poderá vir ser administrado por empresa terceirizada, com cobrança de taxa, a critério do Centro de Convenções AM Malls – Sergipe.

CLÁUSULA 7ª – TAXA ADICIONAL POR HORAS EXCEDENTES

7.1.O valor ajustado da locação é o disposto na Cláusula Segunda.

7.1.1Nos casos em que a realização do evento ultrapassar o horário estabelecido no contrato, a Locatária concorda em pagar taxas adicionais referentes a hora extra de locação.

7.1.2A taxa de hora extra é estabelecida em 10% do valor da diária de realização. Esse cálculo será aplicado de acordo com a tabela de preços vigente no momento da assinatura deste contrato.

7.3.No último dia do evento, às horas que excederem o horário de desocupação do espaço, estabelecido no Quadro Resumo, serão consideradas extraordinárias e remuneradas da seguinte forma:

a) 30% do valor da diária de realização, previsto na proposta, na primeira hora excedente, por espaço;
b) mais 15% do valor da diária de realização, previsto na proposta, por hora, para as demais horas excedentes, por espaço.

7.4 O controle das horas excedentes será feito diariamente pelo LOCADOR e um representante legal da organização do evento mediante Planilha de Controle de Horas.

7.5 Caso o(a) **LOCATÁRIO(A)** ultrapasse a quantidade de dias previsto no Quadro Resumo (Cláusula Segunda), sem o prévio e expresso consentimento do **LOCADOR**, será aplicada a multa compensatória, pela diária do espaço, no valor de três diárias, conforme valor previsto no item "valor da realização", encaminhado na proposta enviada ao cliente.

7.6 Obedecer aos horários contratados para o evento, exceto quando expressamente autorizado pelo LOCADOR, sem prejuízo do pagamento pelas horas excedentes, nos termos do item 7.1.1. da CLÁUSULA 7ª.

CLÁUSULA 8ª – DA DESISTÊNCIA E MULTA COMPENSATÓRIA

8.1 No caso de desistência ou redução do escopo contratado, o(a) **LOCATÁRIO(A)** pagará ao **LOCADOR** multa compensatória calculada sobre o preço do espaço, sempre considerando a antecedência com que o(a) **LOCATÁRIO(A)** comunicar a desistência, conforme segue:

Antecedência	Multa
Acima de 364 dias	20% do valor contratado
Entre 270 e 364 dias	30% do valor contratado
Entre 180 e 269 dias	40% do valor contratado
Entre 90 e 179 dias	50% do valor contratado
Entre 31 e 89 dias	75% do valor contratado
Até 40 dias	100% do valor contratado

CLÁUSULA 9ª – <u>DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:</u>

a) Promover o evento nos limites estabelecidos nas leis federais, estaduais e mu- nicipais, especialmente as que regulam produção excessiva de barulho, além de decretos, normas e regulamentos, inclusive as determinações da Secretaria Municipal de Saúde e autoridades sanitárias;

b) Apresentar, até uma semana antes do evento, relação dos profissionais envolvidos com a montagem, realização e desmontagem do evento, bem como a comprovação da qualificação técnica destes, quando exigível. Sendo facultado ao LOCADOR exigir os documentos pessoais dos integrantes da equipe;

c) Obter licenças e autorizações eventualmente impostas pelo Poder Público e os serviços necessários à realização do evento, como organização, recepção, decoração, montagem e desmontagem dos estandes, filmagem, ornamentação, limpeza, sonorização, segurança, dentre outros, sob sua inteira responsabilidade, sempre que houver necessidade e em consonância com o regimento do Centro de Convenções AM Malls – Sergipe;

d) Contratar brigadistas para todos os dias do evento, quando exigível pela legislação vigente, sendo expressamente vedada a utilização de fogos de artifício, bem como qualquer tipo de pirotecnia nos espaços do Centro de Convenções AM Malls – Sergipe;

e) Em grandes eventos, com mais de 500 pessoas, destinar no mínimo dois seguranças, não armados, com uniforme padrão da profissão e dois orientadores de tráfego, também uniformizados, de modo que os participantes do evento con- sigam distinguir suas atribuições na área de estacionamento, exceto no caso de administração do estacionamento por empresa terceirizada.

f) Seguir a Instrução Técnica N° 45/2022 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, publicado no dia 18/03/2022 no Boletim Geral Oficial, inclusive com a obtenção de alvará nos casos pertinentes;

g) Obedecer toda a legislação cabível quanto a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, incluindo as Leis Federais 13.146 e 12.933 e os Decretos Fede- rais 9.404 e 8.537, além das Leis Municipais 5.014 e 4.444 de 2013;

h) Atender o estabelecido na Norma NBR 9.050 da ABNT que trata, entre outros, das áreas reservadas ao uso das pessoas com deficiência em eventos;

i) Respeitar as normas sanitárias, legislação consumerista e penal, inclusive não fornecendo bebidas a menores de idade, bem como se abstendo de vender produtos considerados ilegais pela legislação brasileira, e disponibilizando-se a responder objetivamente por todo fato considerado contrários às leis;

j) Ao explorar economicamente o bar ou qualquer uma das cozinhas, apresentar todas as licenças necessárias ao funcionamento do espaço, bem como submeter a tabela de preços que serão praticados no evento ao LOCADOR. Sendo vedada a cobrança de valores abusivos, conforme regras do código de defesa do consumidor;

CLÁUSULA 10ª - DAS RESPONSABILIDADES DO (A) LOCATÁRIO (A)

10.1 O (a) **LOCATÁRIO(A)** é objetivamente responsável, independentemente de culpa, pelos danos causados diretamente ao **LOCADOR** ou a terceiros, por si, seus sucessores, agentes, prepostos ou representantes, exonerando o **LOCADOR** de toda e qualquer reclamação ou responsabilidade, solidária ou subsidiária, decorrente dos atos de execução do objeto contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **LOCADOR**.

O(A) **LOCATÁRIO(A)** se responsabiliza por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados ou representantes, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor sobre acidentes e segurança no trabalho, não ca- bendo ao **LOCADOR** nenhuma responsabilidade, solidária ou subsidiária, decorrente da celebração do ajuste.

10.2 – Do Custeio decorrente de adequações ou obrigações

10.2.1. O(A) **LOCATÁRIO(A)** deverá promover todas as ações necessárias à manutenção da ordem e da integridade física do público em geral e, também, das instalações objeto deste contrato, bem como deverá cumprir e fazer cumprir as determinações do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e demais órgão públicos.

10.2.2.Custos decorrentes das adequações ou obrigações, derivadas de Lei, Federal, Estadual ou Municipal, bem como das obrigações da cláusula 10ª, deste instrumento, serão de inteira responsabilidade do(a) **LOCATÁRIO(A).**

10.2.3.O **LOCATÁRIO** assume todas as obrigações sociais, civis, fiscais, tributárias e trabalhistas decorrentes da execução dos trabalhos sob sua responsabilidade.

10.2.4.O **LOCATÁRIO** deverá ressarcir imediatamente e integralmente quaisquer valores que o **LOCADOR** eventualmente seja compelido a pagar em razão de contratos com terceiros ou condenações em processos judiciais ou administrativos relacionados a atos praticados com culpa ou dolo, mesmo que regressivamente.

CLÁUSULA 11ª – Pagamento de impostos, taxas e contribuições

11.1– É de exclusiva responsabilidade do(a) **LOCATÁRIO(A)** o pagamento de impostos, taxas e contribuições, bem como dos custos devidos a seus fornecedores em razão do evento. Em especial destaca-se o Imposto Sobre Serviços (ISS), a taxa de licença de publicidade, o recolhimento de direito autorais ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), taxas de alvarás e autorizações de funcionamento do Corpo de Bombeiros, Juizado de Menores, Secretaria da Fazenda, Prefeitura Municipal de Aracaju, Polícia Civil e Vigilância Sanitária, além de outras exigíveis em face da natureza do evento.

CLÁUSULA 12ª – <u>DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:</u>

a) Disponibilizar os espaços contratados livres, desembaraçados, limpos e em condições de uso, possibilitando a imediata montagem do evento nas datas e ho- rários previstos na Tabela 01 do Quadro Resumo (Cláusula Segunda);
b) Disponibilizar as fichas técnicas dos espaços, plantas de localização e demais documentação obrigatória a disposição do(a) **LOCATÁRIO(A);**
c) Apresentar, nas fichas técnicas, relação de equipamentos disponibilizados no local contratado, se houver;
d) Abster-se de ceder, alugar ou permitir o uso de outro espaço do Centro de Convenções AM Malls - Sergipe para realização de evento do mesmo ramo de atividade da LOCATÁRIA, exceto quando a negociação flexibilizar esta regra;
e) Disponibilizar e manter a iluminação das áreas comuns;
f) Autorizar o uso da Logomarca do Centro de Convenções AM Malls – Sergipe pela locatária nas mídias de divulgação do evento, digitais ou impressas, obser- vadas as disposições deste instrumento.
g) Disponibilizar a logomarca em formato PNG para que a locatária possa fazer uso em seus canais de divulgação do evento.
h) Não colocar à venda, os ingressos recebidos a título de cortesia, previstos na alínea "u" da cláusula supra.

CLÁUSULA 13ª – MULTA POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

13.1– O descumprimento de qualquer obrigação fixada neste contrato implicará na incidência de multa penal não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo de eventuais perdas, danos e multas compensatórias.

13.1.1 Independente da aplicação de multa por infração às cláusulas e condições contratuais, a parte prejudicada pelo inadimplemento poderá a seu critério optar por rescindir o contrato, de pleno direito em razão da infração, devendo, para tanto, encaminhar comunicação por escrito à parte infratora, a fim de que esta última tome ciência da res- cisão, que produzirá os seus efeitos desde a notificação.

13.1.2 É dispensável a comunicação, no caso de rescisão por inadimplemento, nos termos que trata a CLÁUSULA 7ª.

13.1.3 A multa prevista no item 13.1 não se aplica na hipótese de atraso no pagamento

CLÁUSULA 14ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes ajustam as seguintes disposições gerais:

14.1O(A) **LOCATÁRIO(A)** não poderá, sob pena de rescisão contratual automática e antecipada, ceder ou transferir os direitos e obrigações resultantes deste contrato, total ou parcialmente, sem anuência expressa do **LOCADOR**;

14.1.1.1 O presente instrumento não origina qualquer vínculo empregatício entre os funcionários, sócios ou empregados das partes;

14.1.1.2 Este contrato não estabelece, em hipótese alguma, qualquer liame de solidariedade entre as partes, não constituindo qualquer forma de sociedade ou de associação entre os signatários;

14.1.1.3 O(A) **LOCATÁRIO(A)** não poderá prometer ou assumir, em nome do **LOCADOR**, responsabilidades, deveres ou obrigações com terceiros.

14.1.1.4 O(A) **LOCATÁRIO(A)** declara ter pleno conhecimento do REGULAMENTO GERAL PARA CONTRATAÇÃO DE EVENTO do CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS –SERGIPE, fazendo parte integrante e complementar deste contrato independentemente de transcrição, obrigando-se a cumpri-lo, a entregar cópia a todos os expositores e a fazê-lo respeitado e obedecido por todas as pessoas que participarem do evento.

14.1.1.5 Este contrato não estabelece, em hipótese alguma, qualquer liame de solidariedade entre as partes, não constituindo qualquer forma de sociedade ou de associação entre os signatários;

14.1.1.6 O(A) **LOCATÁRIO(A)** não poderá prometer ou assumir, em nome do **LOCADOR**, responsabilidades, deveres ou obrigações com terceiros.

14.1.1.7 O(A) **LOCATÁRIO(A)** declara ter pleno conhecimento do REGULAMENTO GERAL PARA CONTRATAÇÃO DE EVENTO do CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS –SERGIPE, fazendo parte integrante e complementar deste contrato independente- mente de transcrição, obrigando-se a cumpri-lo, a entregar cópia a todos os expo- sitores e a fazê-lo respeitado e obedecido por todas as pessoas que participarem do evento.

14.1.1.8 A liberação e autorização do evento, estará condicionada às determinações da União, do Estado de Sergipe e do Município de Aracaju no dia do evento, conforme classificações sanitárias.

14.1.1.9 O acesso de qualquer pessoa ao CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS - SERGIPE AM MALLS - SERGIPE deverá obedecer às normas estabelecidas no REGULAMENTO GERAL PARA CONTRATAÇÃO DE EVENTO. Durante a realização do evento o acesso será livre por qualquer de umas das entradas, desde que os participantes estejam munidos de suas credenciais.

14.1.1.10 No início e no encerramento da locação serão realizadas vistorias com a presença do representante do(a) **LOCATÁRIO(A)**, responsável pela montagem do evento e representante do **LOCADOR**.

14.1.1.11 Considerar-se-á vigente a locação enquanto o espaço, incluindo o estaciona- mento, não for totalmente desocupado, incidindo sobre ela o valor das horas ex- cedentes, previstas na cláusula 8ª, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

14.1.1.12 O estacionamento do Centro de Convenções AM Malls – Sergipe é de uso coletivo, não podendo, nenhuma das partes, impedir o acesso deste para clientes de outros espaços.

CLÁUSULA 15ª – DA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste Contrato, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, e que não seja dirimida amiga- velmente entre as Partes, deverá ser resolvida de forma prévia por Mediação, e, não sendo resolvida a controvérsia na utilização deste método, submeter-se-ão à solução definitiva por Arbitragem, nos termos do Regulamento de Mediação e Arbitragem da MEDIA Solução de Conflitos Câmara de Mediação e Arbitragem, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores da MEDIA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei 9.307/1996 a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente concordar, expressamente, com a sua instituição, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

CLÁUSULA 16ª - DISPOSIÇÕES DA LGP E COMPLIANCE

16.1 DA PROTEÇÃO DE DADOS - As Partes reconhecem a necessidade de garantir proteção aos dados objeto de tratamento, nos termos deste instrumento, da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet" ou "MCI") e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), bem como declaram e garantem que todas as obrigações contidas no MCI e na LGPD e que lhes sejam atri- buíveis em função deste instrumento serão observadas por ambas as Partes.

- As Ambas as partes concordam em cumprir com todas as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a disposições relacionadas à privacidade e proteção de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

- As partes assumem o compromisso no sentido de proteger e tratar com confi- dencialidade todas as informações e dados pessoais que possam ser compartilhados du- rante a prestação dos serviços, tomando medidas adequadas para garantir a segurança e a privacidade dessas informações;

- O Contratante declara estar ciente de que o Contratado poderá coletar, armaze- nar e utilizar seus dados pessoais apenas para os fins relacionados à execução deste contrato, e concorda com tal tratamento, nos termos da LGPD.

16.2 – COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO - As Partes declaram que conhecem e estão em consonância com todas as leis anticorrupção e antilavagem de dinheiro aplicáveis, incluindo aquelas da jurisdição de seu domicílio e da jurisdição em que este instrumento será cumprido, se diversa daquela, em especial as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, da Convenção Anticorrupção da Organização para a Cooperação e De- senvolvimento Econômico (OCDE), da U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), da UK Bribery Act of 2010 e da Lei nº 9.613/98, conforme alterada pela Lei nº 12.683/12 ("Le- gislação Anticorrupção").

16.1.1 As Partes declaram, ainda, individualmente, uma à outra, sem limitação, que: (i) não financiam, custeiam, patrocinam ou de qualquer modo subvencionam a prática dos atos ilícitos previstos nas leis anticorrupção, antilavagem e/ou organizações antissociais e crime organizado; (ii) não prometem, oferecem ou dão, direta ou indiretamente, qualquer item de valor a agente público ou a terceiros para obter ou manter negócios ou para obter qualquer vantagem imprópria; (iii) não aceitam ou se comprometem a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, direta ou indiretamente relacionados ao objeto do presente instrumento, que constituam prática ilegal, que atente aos bons costumes, ética, moral e de corrupção sob as leis dos países sede e onde haja filiais das Partes, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma; e (iv) em todas as suas atividades relacionadas a este instrumento, cumprirão, a todo tempo, com todos os regulamentos e legislação anticorrupção e antilavagem aplicáveis;

16.1.2 As Partes declaram e garantem que nem elas, nem quaisquer empregados, afiliadas, representantes e contratados, atuais ou anteriores (i) receberam qualquer notificação, pedido, alegação ou citação, por escrito, de qualquer autoridade governamental, alegando violação ou potencial violação de quaisquer leis de prática de negócios ilícitos ou (ii) realizaram divulgação voluntária a qualquer autoridade governamental com respeito a qualquer ato ou omissão decorrente ou relacionada a qualquer descumprimento de quaisquer leis de prática de negócios ilícitos.

No desempenho das atividades no âmbito deste instrumento, as Partes deverão cumprir, e deverão fazer com que seus empregados, afiliadas, representantes e contratados (quando atuem em tal capacidade em nome das mesmas) cumpram todas as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo quaisquer leis de prática de negócios ilícitos. Em consonância com o acima disposto, as Partes devem: (i) apoiar a outra Parte no estabelecimento, implementação e manutenção de quaisquer políticas e procedimentos destinados a assegurar o cumprimento de tais leis de prática de negócios ilícitos, e (ii) apoiar a outra Parte para identificar prontamente e corrigir quaisquer violações de tais leis de prática de negócios ilícitos aplicáveis. A Parte deve notificar prontamente a outra Parte a respeito de qualquer violação de tais leis de prática de negócios ilícitos no cumprimento das obrigações objeto deste instrumento ou de qualquer forma relacionadas aos negócios de cada uma das Partes que cheguem ao conhecimento da outra Parte.

17.0 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 12.2.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave/

iv) Multa:

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133)

17.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133/21).

17.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133/21)

17.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º Lei n. 14.133/21).

17.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133/21):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).

17.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161da Lei n. 14.133).

17.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA 18ª – FORO - Elegem as partes desde já o foro do município de Aracaju, Estado de Sergipe, como bastante para dirimir quaisquer eventuais controvérsias inci- dentes sobre o presente instrumento.

Aracaju/SE, 21 de outubro de 2025.

CENTRO DE CONVENÇÕES AM MALLS - SERGIPE
RL Ana Rafaella Pires Mamede LOCADOR

SECRETARIA DE ESTADO DO TURSIMO
RL Marcos Leite Franco Sobrinho LOCATÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome: [illegible]
CPF: 039542675-39

Nome: [illegible]
CPF: 82121680500